

| MEMÓRIA DA 9ª REUNIÃO CONJUNTA DA CTPG COM DEMAIS CÂMARAS, SUBCOMITÊS E PLENÁRIO | | |
|--|---------------------|--------------------------------|
| CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO | | |
| GESTÃO 2025-2027 | | |
| DATA: 24/11/2025 | HORÁRIO: 9h | LOCAL: Plataforma Teams |
| LISTA DE PRESENÇA – CTPG | | |
| Entidade | Nome | |
| Frank Alves Nunes | DER | |
| Caique Fernandes Dantas | DER | |
| Pâmela Yoshimuta | P.M Jandira | |
| Laura Stela Naliato Perez | SEMIL | |
| Gilson Goncalves Guimaraes | CETESB | |
| Marineia Lazzari Chiovatto | SASP | |
| Sandra Regina dos Reis | SFP | |
| Fabiana Talarico | CIESP | |
| Sec. Meio Amb. Biritiba Mirim | P.M. Biritiba Mirim | |
| Alexandre Duboc | SAA | |
| Aurildo Xavier dos Santos | ABCON | |
| Fabio Nogueira Mota | SP-Águas | |
| Gabriela Araújo | SindusCon | |
| Lilian Barrella Peres | CETESB | |
| Carlos Miguel Navarro | SFP | |
| Vanessa Dias | SindusCon | |
| Marcelo Marcos Silva | SFP | |
| Sonia Nogueira | AESABESP | |
| Beatriz Mattedi Tavares de Almeida | SPI | |
| Edson Akira Mihara | Barueri | |
| Maria Aparecida Silva de Paula | AESABESP | |
| Luciana Martin Rodrigues Ferreira | IPA | |
| Amauri Pollachi | ONDAS | |
| Bonfilio Alves Ferreira | IPEH | |
| Alexandre Mitsuro Silveira Yassu | P.M. São Paulo | |
| Monica Aparecida Ramires | SFP | |
| Jaqueline Bória | UNIFESP | |
| Camila C. Arantes | UFABC | |
| Larissa Ciccotti Freire | UFABC | |
| Renata Moreira | UFABC | |
| Aline Queiroz | SEMIL | |
| Bruno Franco de Souza | SEMIL | |

| | |
|--------------------------|--------------------------------|
| Maira Teixeira de Ataíde | SEMIL |
| CONVIDADOS | |
| FABHAT | Larissa Silva |
| FABHAT | Asafe Má dai de Deus Virgolino |
| FABHAT | Josiane Gonzaga |
| FABHAT | Valburg de Sousa Santos Junior |
| | Jéssica Dias |
| SP-Águas | Melissa Graciosa |
| FABHAT | Beatriz Silva Gonçalves Vilera |
| UFABC | Eduarda Copati |

1. Abertura

Laura Stella, coordenadora da CTPG iniciou a reunião às 9h10 e agradeceu a presença de todos. Em seguida, apresentou a seguinte pauta:

1. Aprovação da memória da reunião anterior;
2. Discussão sobre adesão do Comitê no Programa de Integração dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos – IntegraBacias.

2. Discussão sobre adesão do Comitê no Programa IntegraBacias

Beatriz iniciou o ponto de pauta com uma apresentação concisa sobre o Programa de Integração dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos – IntegraBacias. Beatriz explicou que o Programa, visa contratar serviços técnicos especializados para elaboração e atualização dos planos de bacias de todas as UGRHs do estado de São Paulo, fornecendo subsídios técnicos e metodológicos para a revisão do plano estadual de recursos hídricos, buscando padronização e integração entre planos regionais e estadual. Também foi detalhado que a contratação será feita via Programa Especial de Interesse Público (PEIP), utilizando recursos do core, provenientes de sobras não utilizadas pelos comitês, sem necessidade de cotização direta dos comitês, e que a SP Águas será a tomadora do recurso, com valor estimado entre 16 e 20 milhões de reais.

Após a apresentação, Laura Stella passou a palavra para que os representantes pudessem fazer suas contribuições. Amauri (ONDAS) reconheceu a proposta de visão sistêmica e unitária para a assistência técnica como interessante e com potencial de economia de escala. Contudo, considera a adesão imediata prematura, argumentando que a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê exige um olhar absolutamente individualizado devido às suas especificidades (contexto urbano, uso e ocupação do solo e volume de transferência de água), que a diferenciam de outras UGRHs. O sucesso do atual Plano de Bacias do Alto Tietê, fruto de amplas discussões com a sociedade civil, é citado como prova da assertividade na aplicação de recursos. A proposta atual é vista como uma "carta de intenções", e a adesão pura e simples é temida por significar a perda de voz nas decisões futuras. Assim, Amauri sugere a substituição a adesão por um Termo de Cooperação ou Compromisso, que permitiria detalhar o roteiro, estabelecer critérios e datas-marco, garantindo o direito de não participar caso a proposta final não atenda aos anseios essenciais da Bacia do Alto Tietê. Lilian (SEMIL) concorda que

a proposta genérica é arriscada, pois a complexidade do Alto Tietê (mananciais, área metropolitana) exige um termo de referência individualizado para evitar perda de qualidade na gestão. Há dúvidas sobre a capacidade de uma contratação única atender a essa complexidade e a de outros 21 comitês no mesmo prazo. Por fim, questiona se a atualização do plano do Alto Tietê, com horizonte para 2035/2040, pode ser adiada além da exigência de 2027.

Bonfílio (IPEH) expressou preocupação com a proposta de adesão, classificando-a como uma delegação que fere a metodologia de construção e pactuação dos Comitês de Bacias, cuja essência é a descentralização e o controle social participativo. Enfatiza que os Comitês de Bacias existem para gerenciar a disputa pela água e que a metodologia de trabalho deve ser de baixo para cima, baseada na clareza dos conflitos e interesses. O Comitê do Alto Tietê, em particular, é um paradigma em consolidação, que alcançou grandes avanços por se posicionar ativamente na pactuação, mesmo diante de sua complexidade (como a dependência de transposição de águas e a crise hídrica). A adesão/delegação é vista como uma inversão metodológica que prejudica o aspecto deliberativo e normativo dos Comitês, tornando mais difícil garantir a competência e territorialidade da deliberação. Bonfílio conclui que o Comitê deve cooperar, mas não delegar ou renunciar a suas competências, devendo continuar sendo o órgão gestor da bacia e não aderir ao Programa.

Melissa (SP-Águas) interveio para esclarecer equívocos e conjecturas acerca da proposta de contratação integrada dos Planos de Bacia Hidrográfica (PBHs), reforçando que a deliberação deve se apoiar em informações precisas. Em sua fala, destacou que serão disponibilizados aproximadamente R\$ 20 milhões para a elaboração dos planos pelo CORHI (Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos), provenientes de recursos não utilizados pelos Comitês, sem qualquer retirada financeira dos próprios Comitês. Esclareceu ainda que a SP-Águas será a responsável pela tomada desses recursos. Também esclarece que SP-Águas foi criada recentemente (há 1 ano) com mandato para não sofrer interferência de governo, garantindo a continuidade da gestão técnica. Sobre a metodologia, a metodologia e o conteúdo dos PBHs são definidos pelas Resoluções CRH 146¹ e 275², e a proposta da SP-Águas segue rigorosamente esse roteiro. Sobre a proposta é de adesão a um Programa e não delegação. A adesão é necessária porque o diagnóstico aponta que os PBHs atuais não seguem um padrão metodológico comum (faltando elementos como enquadramento e Balanço Hídrico Integrado), o que impede a construção de um Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) robusto. Em relação a participação dos comitês, a adesão prevê a formação de um Grupo Técnico para acompanhamento em cada Comitê, que participará de todas as decisões, incluindo a elaboração do Termo de Referência (onde as especificidades de cada bacia, como o Alto Tietê, serão incluídas) e a aprovação final do PBH. Melissa também frisa sobre a justificativa do Comitê em aderir ao Programa onde, plano atual do Alto Tietê não considerou questões como mudanças climáticas e eventos extremos, o que, por si só, já justifica a necessidade de atualização e reenquadramento. Além disso, o Alto Tietê é um Comitê que gera grandes impactos nos Comitês a jusante, tornando sua integração essencial. Melissa concluiu que a proposta é uma integração necessária, e que cada Comitê terá seu próprio Plano, feito com

¹ Disponível em: https://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation/5880/deliberacao-crh_146_-_pbh.pdf

² Disponível em: https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/CBH-RB/27336/delib_crh_275_conteudo_pbh_rs.pdf

fundamento técnico e com a participação ativa dos Comitês, e não uma delegação, e se coloca à disposição para mais esclarecimentos.

Renata (UFABC) questionou os motivos para a realização de uma única contratação, em vez da padronização da metodologia com diferentes processos de contratação. Além disso, levantou dúvida sobre quais recursos o Comitê utilizaria caso optasse pela contratação de um plano independente.

Beatriz esclareceu que os recursos a serem utilizados seriam aqueles já disponíveis no FEHIDRO, mantendo as regras e critérios de hierarquização. Na sequência, Melissa complementou sua fala, respondendo ao outro questionamento feito por Renata. Explicou que a padronização já existe desde 2012, com a Resolução CRH nº 146/2012, e destacou que a integração é fundamental, considerando que a bacia em questão influencia e é influenciada por outras bacias situadas a jusante.

Beatriz retoma a palavra e questiona Melissa sobre a menção anterior à Resolução CRH nº 146/2012. Ela destaca que, apesar de o comitê ter recebido um roteiro, a resolução não foi enviada como documento de apoio para auxiliar nas análises. Além disso, Beatriz pergunta sobre a quantidade de planos a serem elaborados: se será realmente um plano por UGRHI ou se haverá planos por vertente, solicitando esclarecimentos sobre como se dará essa definição. Melissa esclarece que o estudo será desenvolvido por vertente e que também será elaborado um Plano de Vertente. No entanto, ainda há discussões em andamento sobre a vertente do Paranapanema. Quanto ao roteiro, ela informa que continuará seguindo as diretrizes das Resoluções CRH nº 146 e nº 275, porém com um maior nível de detalhamento. Melissa acrescenta que o prazo previsto para a finalização do Termo de Referência é abril.

Renata levanta a questão sobre o funcionamento dos Grupos de Trabalho de Acompanhamento e quais serão as atribuições desse grupo. Melissa esclarece que esse grupo atuará de forma semelhante ao que já ocorre nos Comitês, por meio das Câmaras Técnicas de Planejamento e do GT Planos, acompanhando todos os produtos e as discussões relacionadas ao andamento do Programa.

Bonfílio comenta sobre a trajetória da agência SP-Águas e manifesta preocupação quanto à centralização dos interesses. Destaca que, embora enxergue o programa de forma positiva, seus apontamentos não têm caráter pessoal; ao contrário, buscam incentivar a reciprocidade e evitar a centralização. Ressalta ainda que, devido à falta de informações no roteiro apresentado, torna-se difícil aderir ao programa neste momento.

Amauri reforça que, atualmente, o Alto Tietê não necessita realizar a atualização de seu Plano de Bacia e que o Comitê possui independência e poder de decisão para elaborar seu próprio plano, conforme previsto nas deliberações do CRH. Ele também destaca que é preciso um processo mais amadurecido e reconhece que as instâncias têm a oportunidade de utilizar o recurso disponível, evitando que ele retorne aos cofres públicos. Aponta, ainda, que o programa é interessante para apoiar comitês menores, que não possuem a mesma estrutura do Alto Tietê, na elaboração de seus planos. Conclui afirmando que, diante de tudo o que foi exposto, não é conveniente aderir ao programa neste momento.

Melissa rebate sobre a importância da elaboração da atualização do Plano, até por conta da falta de assuntos como mudanças climáticas e eventos extremos. E sobre o roteiro, indiferente sobre a adesão ou não do comitê, os planos precisarão ser atualizados para se enquadrar no novo modelo que será incorporado pelo PERH.

Maira (SEMIL) inicia sua fala esclarecendo aspectos do roteiro e da articulação com os demais comitês. Explica que o novo roteiro está mais detalhado e foi disponibilizado para contribuições de todos os comitês, ainda que a equipe tenha buscado mantê-lo o mais amplo possível, evitando que bacias com realidades diferentes sejam prejudicadas. Ressalta, ainda, que as especificidades de cada bacia serão incorporadas ao Termo de Referência.

Maria Aparecida (AESABESP) comenta que, em relação ao roteiro, o POP (Procedimentos Operacionais Padrão) proporciona uma leitura mais clara para os Comitês. Entretanto, aponta uma fragilidade e questiona como será conduzida a dinâmica a partir das contribuições dos Comitês, ou seja, como se dará a relação entre “ouvir” e “implantar”. Maria Aparecida também levanta outra dúvida: de que forma os indicadores e o monitoramento serão incorporados ao roteiro.

Melissa reforça que os Comitês terão o papel de aprovar os produtos e que as discussões não ocorrerão nos moldes de uma audiência pública. Destaca que os Comitês manterão autonomia para aprovar e deliberar apenas aquilo com que estiverem confortáveis, além da participação ativa do Comitê por meio do GT que será criado para acompanhamento destes produtos.

Seguindo para as conclusões, Laura destaca que, para um melhor entendimento dentro do Comitê, seria importante que tanto a SP-Águas quanto a SEMIL explicitassem por escrito as atribuições e metodologias, de modo a garantir clareza a todos os representantes.

3. Encaminhamentos

- A FABHAT irá agendar a próxima reunião para a decisão da adesão do Comitê ao Programa IntreBacias;
 - O relator enviará o convite da próxima reunião juntamente com os documentos pertinentes;
- A reunião foi encerrada às 12h10.